

DOCUMENTO

CARTA DO RIO DE JANEIRO 2022

Documento elaborado coletivamente pelas entidades organizadoras do **XIII Seminário Nacional de Formação de Professores / 43º Encontro Nacional do FORUMDIR / II Seminário Nacional ForParfor e ForPibid-Rp e I Encontro do Movimento Nacional em defesa do Curso de Pedagogia, “Formação de Professores, compromisso social e direito à educação: (re)construindo uma agenda democrática”**, apresentada publicamente na sessão realizada em 23 de setembro de 2022, na Faculdade de Educação da UERJ.

CARTA DO RIO DE JANEIRO

Nós, professores e professoras presentes no XIII Seminário Nacional de Formação de Professores, 43º Encontro Nacional do FORUMDIR, II Seminário Nacional ForParfor e ForPibid-Rp e I Encontro do Movimento Nacional em defesa do Curso de Pedagogia, reunidos de 21 a 28 de setembro de 2022, em formato híbrido – presencial e remoto, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na cidade do Rio de Janeiro, e as entidades nacionais signatárias, considerando a atual conjuntura de desmontes e retrocessos educacionais, nos manifestamos em defesa da Democracia e da Educação como um Direito público fundamental assegurado constitucionalmente.

A concretização do projeto de nação ancorado nas premissas do Estado Constitucional democrático de direito exige a defesa intransigente da Democracia e, por conseguinte, a necessária consolidação de um projeto popular de educação como direito humano de existir, de aprender e de ensinar.

Defesa, portanto, de uma educação pública, popular, com gestão pública, gratuita, laica, inclusiva e qualidadesocial.

Defendemos, assim, uma educação pautada nas dimensões científica, estética, ética e política, que como nos lembra Florestan Fernandes, implica no “desenvolvimento do eu, da pessoa, da criança e do jovem para que sejam sujeitos da história”. Esta proposição é radicalmente contrária ao atual projeto de padronização educacional, ora em curso, ancorado no ideário neoliberal, que reduza formação da classe trabalhadora à mera dimensão técnico-prática e instrumental. Por isso mesmo, as atuais políticas de formação (Res. 02/2019, BNC Formação e Res. 01/2020 BNC-Formação continuada) explicitam uma concepção de formação alinhada à perspectiva instrumental e neotecnicista e limitada a uma visão reduzida de docência. Trata-se de um processo marcado pela evidente tentativa de descaracterização e segmentação da formação inicial e continuada, visando a alienação e desintelectualização de professores e professoras, negando uma perspectiva sócio-histórica e crítica, que, se efetivada, impactará sua atuação na educação básica.

As atuais políticas de formação de professores e professoras, completamente subordinadas à BNCC, impõem a padronização de currículos, aniquilando a diversidade e a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, imanentes aos processos político-pedagógicos de formação de acordo com a necessária unidade na diversidade. Essas políticas ferem frontalmente a autonomia didático-pedagógica e de gestão, e, ainda, desconsideram a luta histórica pela inclusão escolar, dentre outras mazelas.

A Educação pública vem sendo afetada fortemente pelas investidas de aparelhos privado-mercantis, especialmente no que se refere à desconstrução das políticas públicas, do financiamento e da gestão democrática. Sob a persuasão dos organismos multilaterais, a partir de diferentes dimensões, os tensionamentos incidem na relação público-privado, para fazer valer um projeto de privatização do ensino e de desumanização da educação reduzida à formação de trabalhadores/as produtivos/as alinhados às demandas imediatas do mercado de trabalho precarizado e desregulamentado

Nesse movimento, temos uma agenda marcada pela exclusão social, cultural e educacional como fundamento da própria lógica capitalista e, como consequência, as reformulações do mundo do trabalho que impactam e requerem novas exigências educacionais e atingem os processos de formação em conformidade com o ideário neoliberal. A situação de grave crise sanitária, econômica, política e de valores, aprofundou as desigualdades educacionais,

acentuando problemas como o grave fenômeno da evasão na educação básica e no ensino superior, que precisam ser enfrentados.

Portanto, a concretização de uma educação de qualidade socialmente referenciada, somente poderá ocorrer por meio de ações coletivas, participativas e democráticas, em que sejam garantidas as condições de acesso, permanência e conclusão dos processos formativos para todas as pessoas, tendo por base a formação em sua plenitude e a garantia da gestão democrática como princípio a ser efetivado. Assim, a ANFOPE e demais Entidades signatárias se manifestam pela defesa intransigente:

- do fortalecimento do papel do Estado democrático de direito, em especial no que diz respeito às políticas públicas sociais e educacionais, como políticas de Estado;
- da retomada do Plano Nacional de Educação como epicentro orientador das políticas educacionais;
- da imediata revogação da Emenda Constitucional 95/2016, de modo a viabilizar o necessário financiamento da educação para o atingimento das metas do PNE;
- da recomposição, de forma democrática, do Conselho Nacional de Educação como órgão de Estado e não de governo e da efetivação de um Fórum Nacional de Educação democrático e representativo;
- da autonomia universitária como consectária da defesa de direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs, no que se refere a garantia da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, visando a materialização do direito à educação, ao ensinar e aprender, à produção e disseminação do conhecimento, mas, sobretudo no que se refere à liberdade de pensamento e de expressão, princípios basilares à defesa do Estado democrático;
- do respeito ao resultado das consultas eleitorais para fins de nomeação de dirigentes máximos das Instituições de Ensino Superior;
- do fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação brasileiras de modo a incentivar e criar condições para que professoras e professores da educação básica tenham oportunidades formativas nesse nível;
- da articulação da Educação Superior de modo sistêmico com a Educação Básica e vice-versa;
- do fortalecimento dos processos formativos de professoras/es, aliados à melhoria das condições de trabalho, de profissionalização do magistério básico e superior e de valorização profissional, o que indica a necessária remuneração digna e planos de carreira, de modo

a ampliar a atratividade da carreira do magistério básico;

- da ampliação dos programas e políticas de formação inicial nas universidades que estimulem o ingresso nos cursos de licenciatura, convertendo-os em políticas de Estado, com financiamento de bolsas para todos os ingressantes, de modo a criar condições de permanência e conclusão dos cursos, conforme a Lei nº 11.502 de 11 de julho de 2007, que atribui à Capes o papel de indução das políticas de formação de professoras/es;
- da elaboração de Políticas de formação continuada de professoras/es, assumida como política de Estado, inclusive apoiando as redes públicas de ensino para viabilizar programas de formação e desenvolvimento profissional docente;
- dos Projetos Institucionais de Formação e Desenvolvimento Profissional Docente na perspectiva de formação crítico-emancipatória, e
- do fortalecimento dos Fóruns de Licenciaturas como espaços político-pedagógicos de articulação dos projetos institucionais.

Ademais, reivindicamos a revogação:

- das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores, instituídas pelas Resoluções CNE/CP n. 2/2019 e Resolução CNE/CP n. 1/2020, e seus efeitos, pois representam um grande retrocesso ao retomarem a noção de competências e habilidades e apresentarem uma concepção neotecnista, delineando a formação de professores/as em uma perspectiva pragmática, técnica e acrítica conforme os interesses empresariais;
- da Base Nacional Comum Curricular para todas as etapas da Educação Básica, e
- da Lei 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio).

Exigimos, ainda,

- a suspensão dos exames nacionais anuais censitários em larga escala, que servem de instrumento de ranqueamento entre as escolas, pressionando as instituições para elevação do IDEB e sendo requisito para acesso aos recursos do FUNDEB;
- o fim dos programas de militarização das escolas públicas de educação básica, e
- a não aprovação da educação domiciliar.

O governo brasileiro precisa estar permanentemente comprometido com o Projeto Constitucional da Educação Nacional no sentido de concretizar estratégias fundamentais para reconstruir as políticas educacionais, em especial as políticas emancipatórias de formação de professores e professoras, inicial e continuada, além da valorização da docência. Somente com o realinhamento dessas políticas na direção de uma educação pública, democrática, laica, gratuita, de qualidade social e de financiamento estatal, por meio de políticas públicas de Estado se efetivarão os fins, princípios e valores de nossa Constituição Federal.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2022.

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação e equivalente das Universidades Públicas

FORPARFOR – Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PARFOR

FORPIBID RP – Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID e Residência Pedagógica

MONAPE - Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia

